

OPINIÃO

Abusos na aplicação de cláusulas ambientais em contratos do agronegócio geram risco aos produtores

Karina Testa (*)

O agronegócio brasileiro atravessa um momento de crescente complexidade no que tange às exigências socioambientais.

Questões como desmatamento, emissão de gases de efeito estufa, uso de defensivos agrícolas, conservação do solo e gestão dos recursos hídricos tornaram-se temas centrais na agenda nacional e internacional, pressionando produtores e agroindústrias a adotarem práticas cada vez mais rígidas de conformidade ambiental.

Nesse cenário, o produtor rural se vê submetido a uma série de obrigações legais, sendo a manutenção e a regularização da Reserva Legal (RL) e das Áreas de Preservação Permanente (APPs), requisitos imprescindíveis. De acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), os percentuais de RL variam conforme o bioma e a localização do imóvel, podendo corresponder a 20%, 35% ou até 80% da área total. Já as APPs, como margens de cursos d’água e nascentes, são protegidas com o objetivo de assegurar a conservação de recursos hídricos e da biodiversidade.

Em teoria, uma vez que o imóvel esteja devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a RL e a APP preservadas, a área restante poderia ser utilizada para atividades produtivas, desde que observadas as licenças ambientais quando necessárias. Contudo, a prática mostra que o ambiente regulatório ainda é nebuloso e propício a abusos por parte de agentes econômicos e até do poder público.

Uso indevido de alertas ambientais

Recentemente, a aprovação, pelo Senado, do PL 2.159/2021, que institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental e aguarda tramitação final na Câmara dos Deputados, reacendeu o debate sobre a falta de uniformidade nas exigências legais entre os estados. Essa ausência de padronização normativa tem servido de justificativa para a aplicação arbitrária de cláusulas contratuais restritivas por parte de instituições financeiras e empresas compradoras de produtos agropecuários, como tradings e agroindústrias.

Muitas dessas entidades passaram a condicionar a concessão de crédito ou a comercialização da produção à inexistência de qualquer alerta de desmatamento gerado por plataformas automatizadas, como o MapBiomias Alerta ou o sistema PRODES. É necessário esclarecer que tais sistemas apenas sinalizam alterações na cobertura vegetal por meio de imagens de satélite, mas não constituem, por si só, infrações ambientais. O alerta é um indicio que a área deve ser analisada tecnicamente e submetida a processo administrativo para apuração de eventual irregularidade.

Apesar disso, há casos documentados de instituições financeiras negando crédito rural com base exclusiva em tais alertas, sem oportunizar ao produtor o contraditório e a ampla defesa. Mais grave ainda são situações em que empresas se recusam a efetuar o pagamento de contratos de compra e venda de grãos com base em supostas irregularidades ambientais que sequer foram confirmadas pelo órgão competente. Em alguns casos, o alerta sequer incide sobre a área produtiva contratada, mas sobre

outra propriedade vinculada ao mesmo CPF/CNPJ.

Riscos jurídicos e responsabilidade contratual

Outro ponto que merece atenção é a inserção de cláusulas genéricas nos contratos de fornecimento, prevendo que qualquer “irregularidade ambiental” poderá ensejar o cancelamento da compra. Trata-se de cláusulas que ferem os princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato, especialmente quando a contratante tem pleno conhecimento prévio da situação ambiental da propriedade e, ainda assim, formaliza o acordo.

Empresas compradoras que dispõem de departamentos de compliance ambiental e auditoria não podem se eximir da responsabilidade contratual sob alegação de descumprimento ambiental preexistente. Se identificada a irregularidade antes da contratação, a assinatura do contrato implica aceitação do risco, e o inadimplemento posterior configura abuso de direito.

Adicionalmente, observamos interpretações excessivamente restritivas por parte de órgãos ambientais e até do Judiciário, especialmente quanto à aplicação de embargos preventivos. O Decreto nº 6.514/2008, que regulamenta as infrações e sanções administrativas ambientais, determina expressamente que o embargo deve ser restrito à área específica da infração, e não a toda a propriedade ou a outras áreas vinculadas ao mesmo titular. Ainda assim, têm sido adotadas decisões que impõem restrições amplas e imediatas, sem a conclusão do devido processo legal, o que contraria os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da segurança jurídica.

Recomendações jurídicas

Para mitigar riscos e se proteger de abusos, o produtor pode e deve ter alguns cuidados, entre eles, destaque:

Analisar criteriosamente todos os contratos firmados, especialmente cláusulas ambientais, preferencialmente com assessoria jurídica especializada;

Formalizar defesas e impugnações administrativas diante de notificações baseadas em alertas ambientais equivocados ou genéricos;

Comprovar a rastreabilidade da produção, demonstrando que o produto não foi cultivado em área questionada;

Regularizar e manter atualizada a documentação ambiental da propriedade, com destaque para CAR, licenças, registros e mapas georreferenciados;

Buscar assessoria jurídica proativa, que atue não apenas na resolução de conflitos, mas também no planejamento e na blindagem contratual da atividade rural.

Finalizo aqui destacando que a regularização e o planejamento jurídico-ambiental não são apenas medidas preventivas, são estratégias de defesa da produção, da renda e da segurança patrimonial do produtor. Nós do escritório Álvaro Santos Advocacia realizamos uma análise completa da situação do imóvel rural, identificando eventuais irregularidades, e realizamos o planejamento jurídico para que tudo esteja conforme as leis ambientais. Desta forma o produtor estará mais seguro quanto a possíveis abusos.

(*) Advogada cível e ambiental, formada em engenharia florestal. Sócia na Álvaro Santos Advocacia e Consultoria no Agro, atuando em regularização fundiária, contratos agrários e responsabilidade ambiental.

Frio intenso exige atenção redobrada para a prevenção de doenças respiratórias e bem-estar dos suínos

As baixas temperaturas impactam a produtividade e o desempenho dos suínos, e por isso é preciso um manejo térmico eficiente e programas sanitários adequados

Com a chegada da estação mais fria do ano, os suinocultores enfrentam desafios adicionais para garantir o bem-estar e a sanidade dos animais. As baixas temperaturas afetam diretamente o conforto térmico dos suínos e favorecem a ocorrência de doenças respiratórias, comprometendo o desempenho zootécnico e elevando os custos de produção.

Entre os principais impactos do frio estão o estresse térmico, o aumento do consumo energético para manter a temperatura corporal e a maior incidência de enfermidades como a pleuropneumonia, pneumonia micoplasmática, e a gripe suína, também conhecida como influenza A (H1N1). As doenças respiratórias estão entre as principais causas de perdas econômicas na suinocultura, podendo representar cerca de 30% das causas de morte em granjas comerciais durante o inverno. “Antecipar-se às condições adversas do clima com estratégias integradas de prevenção é o melhor caminho para proteger o rebanho e manter a produtividade”, afirma Dalvan Veit, Gerente de Serviços Técnicos de Suínos da Zoetis Brasil

O Gerente Técnico ressalta ainda que os cuidados devem começar desde o início da vida dos animais. “Os leitões, especialmente nas fases iniciais, são os mais vulneráveis. A exposição a temperaturas inadequadas compromete o sistema imunológico e favorece infecções oportunistas”.

Estudos demonstram que os suínos acometidos por doenças respiratórias, podem apresentar perdas significativas de desempenho zootécnico. Em casos de pneumonia micoplasmática, por exemplo, a redução no ganho diário de peso pode ser de até 30%, conforme a gravidade da infecção, impactando diretamente o consumo de ração e o tempo até o abate. Já no caso da pleuropneumonia, além do comprometimento da sanidade do plantel, estima-se que as perdas econômicas possam chegar a 38%³, considerando tratamentos, condenações parciais no abate e queda na produtividade.



“Ambientes com variações bruscas de temperatura ou com ventilação inadequada criam um ambiente favorável à proliferação de patógenos respiratórios, exigindo do produtor uma atuação preventiva constante

Para enfrentar esse cenário, o manejo térmico eficiente torna-se essencial. Isso inclui a adoção de aquecedores, cortinas laterais bem ajustadas, isolamento térmico das instalações e monitoramento constante das condições ambientais. “Ambientes com variações bruscas de temperatura ou com ventilação inadequada criam um ambiente favorável à proliferação de patógenos respiratórios, exigindo do produtor uma atuação preventiva constante”, complementa Veit.

Além das práticas estruturais, o cuidado com a sanidade do plantel é indispensável. A Zoetis, líder global em saúde animal, reforça seu compromisso em apoiar os suinocultores com soluções inovadoras, eficazes e práticas para os desafios do campo. A Zoetis reforça a importância da vacinação e do uso estratégico de antibióticos no controle das principais doenças respiratórias, oferecendo soluções como FluSure® Pandemic, vacina indicada para a prevenção da Influenza H1N1 Pandemic em suínos, contribuindo para a proteção do rebanho e redução de impactos produtivos, e Draxxin®, antibiótico de amplo espectro com ação rápida e prolongada, eficaz contra infecções bacterianas do Complexo de Doenças Respiratórias dos Suínos (CDRS). Por ser administrado em dose única, facilita o manejo e reduz o estresse animal no momento da aplicação da medicação.

O cuidado com o bem-estar animal, especialmente em períodos críticos como o inverno, é uma das chaves para uma produção mais eficiente, ética e sustentável. Veit, ressalta que “quando os animais estão protegidos do frio e em condições adequadas, seu desempenho melhora significativamente, refletindo diretamente na produtividade do setor.”

Lely apresenta inovações em ordenha robotizada durante o Future Farm Days na Holanda

Durante o Lely Future Farm Days, realizado na última semana na sede da empresa em Maassluis, na Holanda, a Lely anunciou o lançamento do Astronaut A5 Next, uma evolução do sistema de ordenha automática Astronaut A5, referência no setor. A novidade já está disponível nos principais mercados da empresa e, a partir deste mês de julho, será uma opção acessível também para os produtores brasileiros. O modelo representa um avanço importante em automação, conectividade e bem-estar animal, e reforça o compromisso da Lely com o desenvolvimento da pecuária leiteira de forma eficiente e sustentável.

Com o Astronaut A5 Next, os produtores passam a contar com um sistema operacional totalmente novo, preparado para o futuro, que permite atualizações, diagnósticos e manutenção assistida a distância. É o que explica o gerente de Estratégia e Negócios Milking and Digital da Lely Latam, João Vicente Pedreira, que explica também que o braço robótico foi aprimorado com o sistema de detecção de tetos que combinam laser e câmera, proporcionando mais precisão na identificação dos tetos das vacas e contribuindo para uma ordenha mais eficiente, confortável e segura.

“O Astronaut A5 Next também está preparado para receber um novo sistema de filtragem de leite extremamente inovador, único no mercado, que elimina uma das últimas tarefas manuais do processo, que é a troca rotineira e diária dos filtros de papel, reforçando a automação completa do sistema. Além disso, o modelo agora integra a opção de identificação de vacas por meio de brinco eletrônico (Eartag ID), o que amplia a acessibilidade da tecnologia e torna a ordenha automatizada uma alternativa viável para um número maior de produtores”, destaca Pedreira.

A chegada do A5 Next ao Brasil representa uma oportunidade concreta de modernização da pecuária de leite. “O



Astronaut A5 Next traz benefícios reais em eficiência, saúde animal e gestão da produção. É uma solução pensada para diferentes perfis de fazendas e que se encaixa muito bem na realidade brasileira. A Lely segue comprometida em oferecer tecnologia de ponta adaptada às necessidades locais”, afirma.

Ele ressalta ainda que o Astronaut A5 Next é uma evolução já tão consagrado robô A5, uma plataforma já validada e aprovada por produtores do mundo todo. “A premissa do Next é fazer o melhor ainda melhor”, ressalta Pedreira.

Durante o evento, a Lely também apresentou o Astronaut Max, voltado a propriedades de grande porte, que permite a operação centralizada de até 18 robôs de ordenha em uma única sala de controle, atendendo fazendas com rebanhos de 500 a 1.100 vacas; e o Lely Hub, dispositivo que reforça a

segurança digital nas fazendas conectadas. As duas soluções reforçam a visão da empresa de tornar a ordenha automática mais eficiente e resiliente em diferentes cenários de produção. Ambos ainda sem previsão de comercialização no Brasil.

De acordo com o CEO da Lely, André van Troost, a continuidade dos negócios é crucial para os fazendeiros, tanto em termos de confiabilidade dos processos de leite quanto de resiliência digital. “O Astronaut Max e o Astronaut A5 Next foram projetados para proporcionar estabilidade aos fazendeiros em suas operações leiteiras e oferecer soluções de ordenha automática preparadas para o futuro. Além disso, com o aumento dos serviços digitais na fazenda, a segurança dos dados é essencial. O Lely Hub apoia nossos agricultores, melhorando a segurança digital entre as soluções da Lely e a internet”, finaliza (<https://www.lely.com/br/>).